

**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

PROJETO DE LEI Nº 03/2022

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL  
SALARIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE  
MINAS”


A Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos servidores públicos integrantes dos quadros do Município de Bom Jardim de Minas, cuja remuneração seja superior ao salário-mínimo, a revisão anual salarial de 10,42% (dez inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) sobre seus vencimentos, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/01/2022.

Bom Jardim de Minas, 12 de janeiro de 2022.

  
Joaquim Laércio Rodrigues  
Prefeito Municipal

025  
19.01.2022  
Moura.



**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

## MENSAGEM

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,**

Encaminho a Vossas Excelências, o Projeto de Lei nº 03 /2022 que “DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS”.

O inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal dispõe que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Por sua vez, o art. 39, §3º, da Carta Magna determina a aplicação do referido inciso aos ocupantes de cargos públicos. Bem assim, o art. 37, X, da CF/88 assegura aos servidores públicos a revisão geral anual da remuneração, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Assim, o presente Projeto de Lei tem como finalidade efetivar o que dispõe a Constituição Federal, na medida em que confere recomposição salarial para fazer frente à desvalorização remuneratória, tendo em vista os índices inflacionários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, com destaque para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O instituto visa a recompor o valor da remuneração dos servidores em face das perdas inflacionárias, a que estão sujeitos os valores percebidos, em decorrência da diminuição verificada, em determinado período, do poder aquisitivo da moeda.



**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS


CNPJ: 18 684 217/0001-23

Logo, difere-se de qualquer ganho real, acréscimo efetivo da remuneração ou reestruturação ou valorização da carreira, uma vez que se destina, tão somente, a manter o poder de compra da moeda em face da inflação.

Ainda, justifica-se a revisão aos servidores cujos vencimentos sejam superiores ao salário-mínimo, uma vez que a revisão deste é feita pelo Governo Federal, submetendo-se o ente municipal.

Esperando a aprovação por parte dos Senhores, frente ao interesse público e efetivação constitucional tutelados por este Projeto, apresento considerações de apreço.

Bom Jardim de Minas, 12 de janeiro de 2022.

  
Joaquim Laércio Rodrigues  
Prefeito Municipal